

**1. Aos Acionistas:** Atendendo às disposições legais, a Administração da Terra Santa Agro S.A. – “Terra Santa” ou “Companhia” – tem a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, em comparação com o exercício de 2019. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). **2. Sobre a Terra Santa Agro:** A Terra Santa Agro é uma empresa produtora de commodities agrícolas, com foco na produção de soja, milho e algodão. Possui 7 unidades de produção estrategicamente localizadas no estado brasileiro do Mato Grosso, por este apresentar condições favoráveis ao agronegócio, totalizando uma área sob gestão de 131 mil hectares. Além disso, possui equipamentos e ativos complementares à sua operação agrícola, como equipamentos agrícolas, unidades de armazenagem e algodeiras. A Companhia tem suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, nível mais alto da Governança Corporativa da bolsa brasileira. **3. Mensagem da Administração:** 2020 foi um ano de grandes transformações para a Terra Santa Agro. No ano marcado pela pandemia do COVID-19, em que praticamente todos os setores da economia foram duramente impactados, o agronegócio se mostrou altamente resiliente. Em um cenário muito atípico que uma preços extremamente elevados das commodities agrícolas e Real muito desvalorizado o nosso setor deve viver um dos melhores anos da sua história na safra 2021/22 e a Terra Santa Agro está pronta e preparada para se beneficiar desse cenário econômico extremamente favorável. Não sempre tivemos uma visão de longo prazo, temos trabalhado para construir uma Companhia que durará para sempre. Nesse contexto, desde que nossos indicadores operacionais começaram a se despirar entre os melhores do setor, há alguns anos, que nós começamos a preparar a Companhia para poder capturar oportunidades de crescimento que possam consolidar em um mercado extremamente fragmentado e, ainda, pouco profissionalizado. Como nós já temos uma estrutura altamente organizada, no mais alto nível de governança corporativa, faltava ainda estabelecer uma cultura organizacional sólida e que colocasse as pessoas no centro, aumentar, ainda mais, a nossa rentabilidade e resolver o problema do nosso alto nível de endividamento. A consequência desse trabalho foi o resultado que pode ser observado trimestre a trimestre em nossos Balanços e nossos Relatos. Assim, sempre pensando no melhor para nossos stakeholders, em novembro nós decidimos assinar um Memorando de Entendimentos com a

**Demonstrações Financeiras de 2020**  
S/CL Agrícola, por meio do qual a S/CL deverá incorporar as operações agrícolas da Terra Santa Agro. Esperamos, com essa transação, resolver o problema do nosso endividamento que é tão danoso para nossa rentabilidade e para o desempenho das nossas atividades operacionais e comerciais e assim melhorar as condições de trabalho de todos os nossos colaboradores e, ao mesmo tempo, gerar valor para os nossos acionistas. Fazendo uma analogia com o nosso negócio, a transação poderia ser vista como uma colheita antecipada dos frutos que viriam por meio da incorporação da Terra Santa Agro. A incorporação da Terra Santa Agro, com vista de longo prazo e que tem como objetivo a consolidação da nossa operação, não representa uma mudança de estratégia. Os nossos resultados operacionais da safra 2019/20, com recordes de produtividades das culturas de soja e algodão, aliados à desvalorização cambial que impactou positivamente os preços de venda, gerou um EBITDA Ajustado de R\$ 261,8 milhões, contra um EBITDA Ajustado de R\$ 176,3 milhões, acumulado referente à safra 2018/19 até dezembro de 2019. Já o nosso endividamento, apesar do forte resultado operacional, não apresentou redução entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020. A contrapartida foi um aumento na conta de estoque de algodão (algodão em caroço, algodão em pluma, caroço e fibra), mensurado em R\$ 261,0 milhões em dezembro de 2020, contra R\$ 183,3 milhões em dezembro de 2019. Com o aumento da área de algodão e extensão do período de beneficiamento que nesta safra terminou em 03/02/2021, contra 15/01/2020 da safra passada e 17/01/2019 na safra anterior. Para finalizar, gostaríamos de agradecer a toda nossa equipe de colaboradores pelo engajamento e empenho, aos nossos fornecedores e acionistas pela confiança e parceria ao longo desse 2020 tão intenso. Com relação a 2021, seguimos confiantes no trabalho de nosso equipe, enquanto aguardamos a conclusão da transação entre a Terra Santa Agro e a S/CL, que criará uma gigante na produção de commodities agrícolas, além da criação de uma empresa de terras, um novo marco na história da Terra Santa.

**Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do Exercício	(56.848)	(134.719)	(56.848)	(134.719)
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
Variação cambial de hedge de fluxo de caixa	(103.322)	87.391	(103.322)	87.391
Outros componentes do resultado abrangente, líquido dos efeitos tributários	(103.322)	87.391	(103.322)	87.391
<b>Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários</b>	<b>(160.170)</b>	<b>(45.328)</b>	<b>(160.170)</b>	<b>(45.328)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**4. Desempenho Financeiro (R\$ Mil)**

	SF 2018/19	SF 2019/20	SF 2020/21	2020	2019 (Reapresentado)	Variação %
<b>Receta Líquida</b>	<b>204.878</b>	<b>1.027.426</b>	<b>1.158</b>	<b>1.233.462</b>	<b>141.061</b>	<b>627.638</b>
Receta Líquida dos Produtos	196.460	774.811	1.158	971.271	113.019	605.507
Receta Líquida de Serviços	(9.981)	(58.028)	–	(68.009)	(15.454)	(108.020)
Avaliação do Ativo Biológico Apropriado à Receita	–	339.567	1.158	340.825	136.033	33.998
Provisão Agrícola Apropriada à Receita	–	–	–	(10.625)	(43.496)	(5.882)
<b>Custos de Produtos Vendidos</b>	<b>(187.782)</b>	<b>(758.416)</b>	<b>–</b>	<b>(945.198)</b>	<b>(167.169)</b>	<b>(592.643)</b>
CPV Produtos	(127.666)	(539.584)	–	(667.250)	(74.885)	(486.845)
Realização Ativo Biológico Apropriado ao Custo	(60.116)	(218.832)	–	(278.948)	(92.284)	(105.798)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>17.096</b>	<b>269.010</b>	<b>1.158</b>	<b>287.264</b>	<b>(26.108)</b>	<b>34.995</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(3.016)</b>	<b>(28.031)</b>	<b>(10.519)</b>	<b>(38.866)</b>	<b>(3.07)</b>	<b>(27.209)</b>
Despesas Administrativas	–	(34.009)	–	(38.056)	–	(25.578)
Outras Recreitas (Despesas) Operacionais	–	15.200	–	(3.218)	–	(31.518)
Despesas com Armazenagem	–	(7.063)	(3.812)	(10.875)	–	(7.849)
Despesas com Vendas	(316)	(1.979)	–	(2.295)	(307)	(2.050)
<b>Lucro Operacional – EBIT</b>	<b>16.780</b>	<b>240.979</b>	<b>(9.361)</b>	<b>248.398</b>	<b>(26.415)</b>	<b>7.786</b>
(+) Depreciação e Amortização	8.458	45.582	1.630	55.670	3.045	47.124
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(312.205)</b>	<b>(38.866)</b>	<b>(3.07)</b>	<b>(312.205)</b>	<b>(3.07)</b>	<b>(312.205)</b>
Receta Financeira	–	–	–	40.497	–	9.453
Despesa Financeira	–	–	–	(156.410)	–	(127.720)
Variação Cambial	–	–	–	(83.699)	–	108.020
Derivativos	–	–	–	(92.723)	–	(5.342)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do IR e CS</b>	<b>(63.807)</b>	<b>(3.07)</b>	<b>(151.907)</b>	<b>(63.807)</b>	<b>(151.907)</b>	<b>(63.807)</b>
IR e CS Diferido	–	–	–	6.959	–	17.188
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do período</b>	<b>25.238</b>	<b>286.561</b>	<b>(7.731)</b>	<b>304.068</b>	<b>(23.370)</b>	<b>54.910</b>
<b>EBITDA</b>	<b>12,3%</b>	<b>27,9%</b>	<b>-667,6%</b>	<b>24,7%</b>	<b>-16,6%</b>	<b>6,7%</b>
EBITDA Accounting	–	–	–	108.020	–	127.474
(+) Variação Cambial Operacional	(1.646)	(56.108)	13.234	(44.520)	2.008	(13.019)
(+) Provisões não recorrentes e Impairment de ativos	(6.145)	(15.101)	2.741	(12.360)	760	(8.268)
(+) Derivativos, líquidos	(6.145)	(35.746)	(60.832)	(92.723)	760	(669)
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>17.447</b>	<b>247.615</b>	<b>(42.588)</b>	<b>222.474</b>	<b>(5.148)</b>	<b>140.974</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada</b>	<b>8,1%</b>	<b>22,8%</b>	<b>-3677,7%</b>	<b>17,1%</b>	<b>-3,3%</b>	<b>19,2%</b>

As demonstrações contábeis da Companhia levam em consideração o resultado de duas safras distintas para análise trimestral e de três safras distintas no acumulado no ano. O atual período de análise considera a safra corrente (2020/21), que teve início em setembro e apesar de ainda não ter faturamento, já incide em despesas; a safra 2019/20 e o estoque de passagem da safra 2018/19, esta última apenas para acumulado no ano. Para um melhor efeito de comparação, passaremos a analisar o resultado por safra dentro do trimestre e acumulado no ano. As aberturas por safra serão apresentadas até a linha de lucro bruto da DRE e para EBITDA e EBITDA Ajustado. Para as demais linhas, continuaremos apresentando apenas os totais por período. Destacamos que o EBITDA, divulgado desde o 1T20, leve em consideração a adoção do IFRS16 (CPC 06.2), cujos efeitos no balanço patrimonial foram o reconhecimento do direito de uso de ativos arrendados e o passivo de arrendamentos. No resultado, os efeitos foram a substituição do custo/despesa de aluguel e arrendamentos por depreciação do direito de uso dos bens e juros sobre o passivo de arrendamento. Com isso, o EBITDA da Companhia aumentou, visto que os juros e a depreciação não são considerados para o seu cálculo. Até 31 de dezembro, os efeitos do IFRS16 foram os seguintes: com a adoção da norma não houve impacto no lucro líquido, pois a depreciação não foi implementada, para permitir comparabilidade com o ano de 2018, no qual o IFRS16 ainda não estava em vigor. A partir de 2020, passamos a divulgar o EBITDA com os efeitos do IFRS16, comparando com EBITDA de 2019 na mesma metodologia. Adicionalmente, passaremos a ajustar os efeitos das operações de derivativos. A Companhia efetuou ajustes nas informações contábeis correspondentes das demonstrações do resultado do exercício findo em 31/12/2019, e dos fluxos de caixa do exercício findo nesta mesma data, conforme nota explicativa 2.6, a saber: **a) Registro contábil de “operações de performance” adquiridas pela Companhia para cumprir com contratos de ACC/PEE:** Os resultados obtidos com operações de performance adquiridas pela Companhia estão sendo registrados como o resultado financeiro, pelo seu valor líquido, na demonstração do resultado, associando ao cumprimento de compromissos de contratos de financiamentos. Anteriormente, a Companhia reconhecia essas operações como se fosse o principal na operação de venda e, consequentemente, reconhecia os efeitos dessas operações nas rubricas de receita líquida de vendas e custos dos produtos vendidos, na demonstração do resultado, pelos montantes contratuais dos produtos embarcados e custos de compra da operação de performance, respectivamente. **b) Classificação dos gastos com fretes sobre vendas na demonstração do resultado apresentado por função:** Na avaliação dos custos de frete, os gastos com fretes e despesas portuárias (fobings) para o transporte e entrega no destino combinado com o cliente são custos necessários para se cumprir com a obrigação de performance. Logo, devem ser componente do custo dos produtos vendidos (CPV), conforme previsto no CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes na seção de “Custos para cumprir um contrato”. Anteriormente, esses gastos estavam registrados como despesas com vendas, na demonstração do resultado. **c) Imposto de Renda Diferido:** Sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos, informamos na nota explicativa 11.1 das demonstrações financeiras que identificamos erros nas bases de cálculo de anos anteriores, substancialmente corrigidos em 2020. Com isso, em 31/12/2020 o valor total dos créditos diferidos montou em R\$ 466,3 milhões, sendo R\$ 437,3 milhões na controladora (dos quais R\$ 98,4 milhões não atavados) e R\$ 29,0 na subsidiária TSS. Além dos ajustes já efetuados, estamos ainda trabalhando na verificação de incorreções e retificação de obrigações acessórias e estimamos que o valor dos créditos não registrados no ano aumentará em, pelo menos, R\$ 30,8 milhões. Após essas retificações, assim será composto o saldo de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
<b>Prejuízo antes do IRPJ e da contribuição social</b>	<b>(82.887)</b>	<b>(162.764)</b>	<b>(82.887)</b>	<b>(162.764)</b>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Variação de valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	(330.200)	(207.884)	(330.200)	(207.884)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	278.948	198.026	278.948	198.026
Depreciações e amortizações	54.044	55.386	55.670	51.828
Resultado na venda e baixa de bens do imobilizado	(3.046)	(14.876)	(3.046)	2.366
Resultado da equivalência patrimonial	(36.713)	(17.147)	–	–
Provisão para perdas em investimentos	3	36	–	–
Provisão para contingências	24.594	7.580	24.608	7.865
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável de recebíveis	(2.583)	(5.301)	(2.417)	5.062
Salários e contribuições sociais	(1.595)	2.147	(1.595)	2.147
Provisão dos créditos tributários ao valor recuperável	–	(1.356)	–	(2.168)
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	81.070	5.342	81.070	5.342
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	14.252	13.288	14.209	13.151
Juros e variações cambiais, líquidos	91.134	197.455	84.184	197.746
Contas a receber de clientes	(11.647)	9.681	(11.653)	9.832
Contas a receber	22.285	(11.020)	22.285	(11.020)
Estoque de venda e contribuição social pagos	225.661	(39.769)	225.285	(39.825)
Ativos biológicos	(392.603)	(10.189)	(392.603)	(10.189)
Tributos a recuperar	(30.555)	(7.866)	(30.131)	(12.046)
Despesas antecipadas	(5.687)	19	(5.627)	78
Outros ativos	(16.971)	(1.755)	(16.810)	(1.923)
Ativos não circulantes mantidos para venda	–	2.934	–	2.934
Depósitos judiciais	(11.161)	(1.985)	(11.161)	(1.985)
Salários e contribuições sociais	(1.264)	1.249	(1.264)	1.249
Fornecedores	188.086	(25.026)	237.656	(54.201)
Tributos a recolher	26.281	25.735	31.209	30.038
Adiantamentos de clientes	(6.605)	50.990	(6.633)	48.958
Arrendamentos e serviços a pagar	18.026	(1.307)	18.026	(1.307)
Pagamentos de demandas judiciais	(4.895)	(12.545)	(4.895)	(12.545)
Títulos a pagar	(2.683)	266	(3.801)	298
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>53.351</b>	<b>90.225</b>	<b>144.468</b>	<b>144.468</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>	<b>(923)</b>	<b>(923)</b>	<b>(923)</b>	<b>(923)</b>
Juros pagos	(72.472)	(70.832)	(72.472)	(71.219)
Instrumentos financeiros derivativos pagos (recebidos)	(27.903)	7.427	(27.903)	7.427
<b>Caixa líquido (gerado nas) aplicado pelas atividades operacionais – a transportar</b>	<b>(41.024)</b>	<b>25.878</b>	<b>64.272</b>	<b>79.751</b>
<b>Caixa líquido (gerado nas) aplicado pelas atividades operacionais – de transporte</b>	<b>(41.024)</b>	<b>25.878</b>	<b>64.272</b>	<b>79.751</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Recebimento de caixa de ativo	5.195	19.514	5.195	19.514
Aquisição de imobilizado	(18.472)	(19.690)	(18.477)	(19.690)
Aquisição de intangível	(629)	(195)	(628)	(197)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(13.906)</b>	<b>(3.371)</b>	<b>(13.910)</b>	<b>(3.371)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Aumento do capital social	1.877	50.342	1.877	50.342
Captações de empréstimos e financiamentos	419.461	285.221	419.461	285.221
Amortização de empréstimos e financiamentos	(374.869)	(360.508)	(374.869)	(367.799)
Pagamentos de custos de captação	(4.118)	(4.118)	(4.118)	(2.531)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	(26.742)	(387)	(26.742)	(387)
Recebimento de partes relacionadas, líquidos	71.263	56.215	–	–
Adesão tributos parcelados	656	416	672	691
Pagamento tributos parcelados	(5.306)	(4.068)	(5.580)	(4.888)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	(28.617)	(23.337)	(28.616)	(23.337)
<b>Caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>53.605</b>	<b>1.363</b>	<b>(17.315)</b>	<b>(53.698)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>(1.325)</b>	<b>(1.325)</b>	<b>(1.325)</b>	<b>(1.325)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>49.331</b>	<b>29.061</b>	<b>50.357</b>	<b>50.357</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>48.006</b>	<b>43.931</b>	<b>82.804</b>	<b>82.804</b>

vendas externas e gradual retomada do consumo doméstico. O efeito disso foi uma maior disputa por lotes remanescentes e ocorrência de cancelamentos de fluxo para o exterior visando atender a forte demanda doméstica. Neste contexto, o fluxo de comercialização de milho segunda safra que será plantado em 2021 também ganha destaque. Outro fator cada vez mais relevante é a ascensão da produção de etanol de milho, que elevou e transformou a demanda interna e traz renda aos produtores, sobretudo aqueles localizados no interior do país como é o caso dos produtores do Mato Grosso. Atualmente existem cinco usinas em funcionamento no Mato Grosso a total de milho na produção de etanol e outras oito usinas flex. Há a previsão da instalação entre 12 a 15 usinas (full e flex) nos próximos anos nos estados do Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Paraná. Atualmente, 4% da produção nacional de etanol teve o milho como matéria prima. Este percentual deverá crescer significativamente nos próximos anos, fator que deve elevar ainda mais o consumo interno do cereal. O acelerado crescimento nas vendas antecipadas do milho também sugere potencial de grande expansão da produção do cereal na temporada 2020/21, com área recorde de 19,2 milhões de hectares plantados, aumento de 4% em relação à safra anterior, e com potencial de produção de 109,5 milhões de toneladas, 8% superior ao ciclo anterior. Na nova temporada, das exportações brasileiras de milho devem contar também com a forte demanda da China. Diante da firme demanda interna e externa, os preços do milho devem se manter em patamares bastante atrativos no novo ciclo. Quanto ao algodão, a cadeia produtiva alcançou bons resultados na safra 2019/20, marcada por preços elevados, sustentados por um fluxo recorde de exportações. As exportações compensaram os efeitos da queda da demanda doméstica decorrentes da pandemia e das consequentes medidas de isolamento social que paralisou por tempo considerável as confecções e o comércio de roupas. A safra brasileira de algodão 2019/20 totalizou um recorde de mais de 3 milhões de toneladas de fibra produzidas, um crescimento expressivo de 8% frente ao ciclo anterior, e chegou ao mercado, com cerca de 80% da produção comercializada, sendo a grande parte contratos fixados com o mercado externo. O efeito cambial e a necessidade de garantir estoques na Ásia, mesmo frente aos efeitos da pandemia, garantiram uma proteção aos produtores contra a volatilidade gerada pela crise econômica. A desaceleração da comercialização antecipada da safra 2020/21 no Brasil, fez com que a venda de algodão saísse de níveis recordes, convergindo para a média de 10 anos. O risco climático gerado pelo atraso das chuvas no Brasil na última primavera tem gerado sinais de alerta. O estado do Mato Grosso, bem como Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia, juntos chegam a representar cerca de 75% da produção nacional, costumam semear algodão de segunda safra, logo após a colheita da primeira safra. O atraso em plantar a segunda safra, devido ao período de seca, pode impactar a produtividade, devendo encurtar a janela ideal de plantio do algodão. Tais fatores já apontam para possibilidade de retração na área plantada além do salto nos custos de produção e elevação dos estoques de passagem no Brasil. Esses fatores apontam em uma estimativa inicial para uma provável redução de área plantada na safra 2020/21 da ordem de 10%, de acordo com IHS Market. De qualquer forma, a escalada dos referenciais internacionais de volta aos 60 centavos de dólar na bolsa ICE, a depreciação do real e as linhas de crédito voltadas para investimentos em ampliação da capacidade de armazenagem deverão mitigar a redução da área plantada. **6. Governança Corporativa:** A Companhia tem suas ações – “TESA3” – listadas no Novo Mercado da B3, segmento com as melhores práticas de Governança Corporativa, reiterando assim o compromisso com a comunidade financeira e com todos os stakeholders. O Conselho de Administração conta com 6 membros (sendo 2 independentes) que respondem pela orientação geral dos negócios. **Comitês Consultivos:** A Companhia conta também com 3 comitês consultivos – Comitê Estratégico Financeiro, Comitê de Gente, e Comitê de Governança e de Assuntos Jurídicos. A função principal dos comitês é priorizar ao Conselho de Administração os elementos e subsídios necessários ao processo decisório e de apoiar a Diretoria da Companhia nas políticas aprovadas pelo seu Conselho de Administração. A Terra Santa Agro conta também com um Comitê de Auditoria Estatutário composto de 3 membros responsáveis, dentre as obrigações previstas na Lei das S/CLs, pelas demonstrações financeiras da Companhia e reportar suas conclusões aos acionistas. Por fim, a Terra Santa Agro conta ainda com uma Diretoria composta por 5 membros e um com um departamento de Controles Interno e Riscos que tem como principais objetivos (a) mapear e gerenciar os riscos aos quais a Companhia é exposta, (b) realizar auditorias independentes nas áreas de negócios, (c) gerenciar e apurar relatos realizados pelo canal de ética e denúncias. Esses instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da Terra Santa Agro. **7. Recursos Humanos:** Ao final de 2020, a Companhia contava com 1053 colaboradores, uma redução de 6,7% em relação ao ano anterior. No dia 11/03/2020, a Covid-19 foi declarada pandemia global pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Diante disso, a Terra Santa Agro adotou um plano de contingência visando garantir a integridade da saúde física e mental dos seus colaboradores, bem como a segurança e a continuidade de suas operações essenciais, mantendo contato próximo com autoridades, clientes, fornecedores e demais stakeholders com o intuito de adotar as melhores decisões e práticas possíveis diante dos desafios e incertezas envolvidos. Para os funcionários das áreas administrativas da Companhia, foi adotado o regime de trabalho home office. Paralelamente, todas as instalações e processos foram adequados para garantir o bem-estar dos profissionais que precisam estar em campo, garantindo a continuidade dos nossos serviços. Além disso, todos os funcionários que integram os grupos de risco foram orientados a adotar práticas específicas de isolamento, cuidados e monitoramento e trabalhar em regime de home office. **Certificação de Qualidade no Ambiente de Trabalho:** Em 2020, a Companhia obteve o Certificado de Qualidade no Ambiente de Trabalho emitido pela Atmosfera FIA. Este certificado reconhece todo o esforço dos dirigentes, RH, gestores e demais colaboradores em construir um ambiente de trabalho agradável para trabalhar e que favorece a construção de equipes mais unidas, de uma atmosfera de trabalho mais harmoniosa e de uma empresa mais produtiva. A concessão do certificado foi baseada no resultado da pesquisa FIA Employee Experience (FEEX) – metodologia desenvolvida pela FIA ao longo dos últimos 40 anos – e observou os seguintes critérios: (1) Atendimento de um índice de clima organizacional (-CO) igual ou superior a 75 pontos e (2) Participação dos funcionários na pesquisa igual ou superior à amostra mínima definida para o porte da Companhia. **8. Mercado de Capitais – Desempenho das Ações:** As ações da Terra Santa (TESA3) encerraram o ano de 2020 cotadas a R\$ 26,01/ação, totalizando um valor de mercado para a Companhia de R\$ 563,2 milhões. No ano, as ações da TESA3 apresentaram uma valorização de 18%, passando de R\$ 22,00/ação no final de dezembro de 2019 para R\$ 26,01/ação no final de dezembro de 2020. O Ibovespa, no mesmo período, apresentou uma valorização de 2,9%. As ações da Terra Santa Agro, listadas no nível mais alto de governança corporativa (Novo Mercado), estiveram presentes em 100% dos pregões do ano de 2020. O volume médio diário registrado no período foi de R\$ 1,05 mil e R\$ 80,34 mil em termos de Capital Social e Dispersão Ações. O capital social da Companhia é representado por 21.779.313 (considerando ações emitidas no aumento de capital e bônus de subscrição exercidos e homologados até o momento) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Desse total, 40,7% são detidas por pessoas físicas, 51,5% por investidores institucionais e 7,8% por investidores estrangeiros, perfazendo mais de 6 mil investidores. A estrutura acionária da Companhia é pulverizada com mais de 98,3% dos investidores brasileiros, no qual o maior acionista detém 43,3%. **Combinação de Negócios Terra Santa e S/CL Agrícola:** Em 26/11/2020, a Companhia divulgou Fato Relevante informando o mercado que assinou, naquela data, um Memorando de Entendimentos não vinculante com a S/CL Agrícola S.A., estabelecendo premissas, termos e condições indicativos para uma transação em que a S/CL Agrícola assumiria as operações agrícolas da Terra Santa, por meio da incorporação das ações da Terra Santa S/CL Agrícola (“Incorporação de Ações”). Em preparação para a combinação de negócios pretendida, a Terra Santa pretende realizar uma reorganização societária visando a segregação de ativos e passivos vinculados às propriedades rurais e correspondentes beneficiárias, para uma nova sociedade anônima a ser formada, registrada com companhia aberta e listada no Novo Mercado da B3, cujas ações serão detidas pelos acionistas da Terra Santa (“Terra Santa LandCo”), e que não será objeto da transação (“Reorganização Societária”).

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido...

Percentual de participação no capital total e votante

Table with columns for 2020 and 2019, showing percentages for various entities like Curitiba Agrícola Ltda., Bureli Agrícola S.A., etc.

2.3. Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados...

2.4. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (a) Ativos ao valor justo por meio do resultado...

2.5. Instrumentos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são mensurados...

2.6. Representação de valores correspondentes: A Companhia efetuou ajustes nas demonstrações financeiras...

b) Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

dos contratos a Companhia reconhece novos ativos relacionados aos contratos de acordo com prazos contratuais. No arrendamento é reconhecido um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado...

empresas do mesmo grupo econômico, em que a empresa produtora agrícola localizada no Brasil possui um contrato com uma trading comercial do mesmo grupo localizada no exterior; e o resultado auferido pela Companhia em uma compra e venda de Operação de performance corresponde à performance...

4. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Bancos em moeda nacional 15.942 28.086 50.140 28.512 Bancos em moeda estrangeira 32.307 21.845 32.308 21.845...

5. Contas a receber de clientes: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Clientes em moeda nacional 3.449 2.744 3.650 2.939 Clientes em moeda estrangeira 16.235 23.183 16.235 23.183...

6. Títulos a receber: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Por venda de ativo fixo 9.961 16.276 10.401 18.770 Por venda de unidades industriais 5.677 10.111 5.677 10.111...

7. Estoques: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Produtos agrícolas 270.976 164.386 270.976 164.386 Produtos agrícolas - custos de formação (i) 150.357 136.705 150.357 136.705...

8. Ativos biológicos - 8.1. Movimento - 1º de janeiro a 31/12/2020: Algodão 860 205,261 Milho 579 Eucalipto 194 Outras culturas 6.853 213,573...

8.2. Movimento - 1º de janeiro a 31/12/2019: Algodão 13,653 Soja 211,292 Milho 307 Eucalipto 307 Outras culturas 225,256...

8.3. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo: (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para soja e milho e de 15 kg (uma arroba) para algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível. (ii) Preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) e obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (commodity), menos os custos...

8.4. Análise de sensibilidade: A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos. A Administração entende que as premissas mais sensíveis as mudanças são a produtividade, preço das commodities e a taxa de câmbio. Nesse contexto, se as premissas, em conjunto, fossem 10% maiores ou 10% menores em 31/12/2020, a rubrica "Ativo Biológico" e consequentemente a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" seriam impactadas por R\$ 26.364 e (R\$ 23.216) respectivamente (R\$ 44.185 e (R\$ 39.756) em 31/12/2019).

de balanço patrimonial em 31/12/2019, e as demais demonstrações financeiras, apresentadas de forma comparativa, e que compreendem as demonstrações do resultado abrangente para o exercício findo em 31/12/2019, e das mutações do patrimônio líquido do exercício de 2019, não sofreram alterações e, portanto, não estão sendo reapresentadas. 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas: As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: recuperabilidade do ágio, mensuração dos ativos biológicos e realização dos créditos tributários diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Nesse contexto, destaca-se que as projeções de resultados futuros da Companhia, que suportam (i) a avaliação do valor de mercado da Companhia, considerando o seu valor em uso, utilizado para avaliação de impairment e do ágio (Nota 17) (i) a mensuração de resultados tributários diferidos, que suportam o registro e a manutenção de créditos tributários diferidos. Adicionalmente, essas projeções apresentam alta sensibilidade principalmente no que se refere às variações na taxa de câmbio e nos preços das commodities agrícolas e as estimativas de produtividade com as quais a Companhia trabalha. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Bancos em moeda nacional 15.942 28.086 50.140 28.512 Bancos em moeda estrangeira 32.307 21.845 32.308 21.845...

5. Contas a receber de clientes: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Clientes em moeda nacional 3.449 2.744 3.650 2.939 Clientes em moeda estrangeira 16.235 23.183 16.235 23.183...

6. Títulos a receber: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Por venda de ativo fixo 9.961 16.276 10.401 18.770 Por venda de unidades industriais 5.677 10.111 5.677 10.111...

7. Estoques: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Produtos agrícolas 270.976 164.386 270.976 164.386 Produtos agrícolas - custos de formação (i) 150.357 136.705 150.357 136.705...

8. Ativos biológicos - 8.1. Movimento - 1º de janeiro a 31/12/2020: Algodão 860 205,261 Milho 579 Eucalipto 194 Outras culturas 6.853 213,573...

8.2. Movimento - 1º de janeiro a 31/12/2019: Algodão 13,653 Soja 211,292 Milho 307 Eucalipto 307 Outras culturas 225,256...

8.3. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo: (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para soja e milho e de 15 kg (uma arroba) para algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível. (ii) Preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) e obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (commodity), menos os custos...

8.4. Análise de sensibilidade: A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos. A Administração entende que as premissas mais sensíveis as mudanças são a produtividade, preço das commodities e a taxa de câmbio. Nesse contexto, se as premissas, em conjunto, fossem 10% maiores ou 10% menores em 31/12/2020, a rubrica "Ativo Biológico" e consequentemente a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" seriam impactadas por R\$ 26.364 e (R\$ 23.216) respectivamente (R\$ 44.185 e (R\$ 39.756) em 31/12/2019).

8.5. Títulos a recuperar: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 PIS 6.791 9.859 10.331 12.505 COFINS 31.466 48.768 51.088 76.048 IRRF 29.277 29.311 39.112 37.549...

6. Títulos a receber: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Por venda de ativo fixo 9.961 16.276 10.401 18.770 Por venda de unidades industriais 5.677 10.111 5.677 10.111...

7. Estoques: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Produtos agrícolas 270.976 164.386 270.976 164.386 Produtos agrícolas - custos de formação (i) 150.357 136.705 150.357 136.705...

8. Ativos biológicos - 8.1. Movimento - 1º de janeiro a 31/12/2020: Algodão 860 205,261 Milho 579 Eucalipto 194 Outras culturas 6.853 213,573...

8.2. Movimento - 1º de janeiro a 31/12/2019: Algodão 13,653 Soja 211,292 Milho 307 Eucalipto 307 Outras culturas 225,256...

8.3. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo: (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para soja e milho e de 15 kg (uma arroba) para algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível. (ii) Preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) e obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (commodity), menos os custos...

8.4. Análise de sensibilidade: A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos. A Administração entende que as premissas mais sensíveis as mudanças são a produtividade, preço das commodities e a taxa de câmbio. Nesse contexto, se as premissas, em conjunto, fossem 10% maiores ou 10% menores em 31/12/2020, a rubrica "Ativo Biológico" e consequentemente a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" seriam impactadas por R\$ 26.364 e (R\$ 23.216) respectivamente (R\$ 44.185 e (R\$ 39.756) em 31/12/2019).

8.5. Títulos a recuperar: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 PIS 6.791 9.859 10.331 12.505 COFINS 31.466 48.768 51.088 76.048 IRRF 29.277 29.311 39.112 37.549...

9. Títulos a receber: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Por venda de ativo fixo 9.961 16.276 10.401 18.770 Por venda de unidades industriais 5.677 10.111 5.677 10.111...

10. Estoques: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Produtos agrícolas 270.976 164.386 270.976 164.386 Produtos agrícolas - custos de formação (i) 150.357 136.705 150.357 136.705...

11. Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos: Controladora 2020 2019 Consolidado 2020 2019 Prejuízos fiscais acumulados 249.235 235.165 270.570 270.570 Contribuição social sobre base negativa acumulada 89.723 84.659 97.404 97.404...

Table with columns: Operações, 2020, 2019, 2020, 2019. Rows include: Compras de mercadorias e produtos, TS Brasil S.A. (i), Resultado com aluguéis e arrendamentos, Bonexux Holding S.A. (ii), Maria Zilda Oliveira de Araújo (iii), Resultado financeiro sobre saldos de mútuo TS Brasil S.A., Resultado com plano de incentivo Administradores (iv).

Table with columns: 2020, 2019. Rows include: Investimento, Mais-valia das terras, Água.

Table with columns: Percentual de participação, Ativo, Passivo, Patrimônio líquido/passivo a descoberto, Receita, Resultado do exercício, Efeito no resultado da controladora. Rows include: TS Brasil S.A., Ecotrans Transporte Ltda., Buriti Agrícola Ltda., Cateaus Algodoeira S.A., Mocuri Agrícola Ltda.

Table with columns: Percentual de participação, Ativo, Passivo, Patrimônio líquido/passivo a descoberto, Receita, Resultado do exercício, Efeito no resultado da controladora. Rows include: TS Brasil S.A., Ecotrans Transporte Ltda., Buriti Agrícola Ltda., Cateaus Algodoeira S.A., Mocuri Agrícola Ltda.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Vida útil, 2020, 2019. Rows include: Indefinida, 192.490, 192.490, Indefinida, 275.484, 275.484, 467.974, 467.974.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Fluxo de Caixa, Nominal, Presente. Rows include: Contraprestação do arrendamento (i), PIS e COFINS (ii), Expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento descontados a pessoa jurídica.

Table with columns: Causas, 2020, 2019. Rows include: Saldo em 19/01/2019, Novos processos e complementos, Liquidações no exercício, Depósitos judiciais relacionados, Encargos financeiros no exercício, Saldo em 31/12/2019.

Ativo, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação: 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social; 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, ele ficará à disposição da Assembleia para destinação.

24.2. Instrumentos financeiros - 24.1. Considerações gerais: No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado que inclui o preço das commodities, risco de liquidez e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

24.5. Categoria de instrumentos financeiros. Tabela com 4 colunas: Classificação, 2020, 2019, 2018. Linhas incluem Contas e equivalentes de caixa, Títulos a receber, Instrumentos financeiros derivativos, Passivo, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Arrendamentos a pagar, Instrumentos financeiros derivativos, Títulos a pagar, Partes relacionadas.

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas "a custo amortizado". 24.6. Classificação e metodologia de aplicação do valor justo dos instrumentos financeiros: Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

24.7. Gerenciamento de risco financeiro: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e, nessa Nota. 24.8. Estrutura do gerenciamento de risco: O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados por auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao Conselho Fiscal, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna. Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as commodities agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições. Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: (i) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes. A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue: (a) Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito. (b) Cadastro em restrição de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial. (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada. A Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas, estabelecendo uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada à análise de perspectivas específicas do ambiente econômico na qual atua e por qual garantia financeira relacionada a recebível. Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente trading companies. A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber em 31/12/2020.

Tabela de exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas. Colunas: Descrição, Saldo em 2020 em US\$ mil, Cenário I - Provável, Cenário II - Possível, Cenário III - Remoto. Linhas incluem Ativos, Depósitos bancários, Contas a receber de clientes, Fornecedores de insumos, Empréstimos e financiamentos, Títulos a pagar, etc.

(\*) A taxa de conversão (R\$ 5,2774489 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 31/12/2020. (ii) Os contratos de arrendamento estão valorizados pela contrométrica, cujo valor está em dólar. (iii) Empréstimos e financiamentos não são designados no hedge accounting e com efeito no resultado do exercício. (iv) Empréstimos e financiamentos designados no hedge accounting e com efeito no resultado do exercício. (v) Empréstimos e financiamentos designados no hedge accounting e com efeito no resultado do exercício. (vi) Risco de taxa de juros: A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados

Tabela de sensibilidade a variações de taxas de juros. Colunas: Modalidade, Saldo em 2020, Taxa (\*), R\$ ganho (perda), Cenário I - Provável, Cenário II - Possível, Cenário III - Remoto.

24.9. Hedge accounting: Conforme descrito na Nota 2.5.4, em 10/02/2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de hedge accounting. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente no resultado do exercício. Desde agosto de 2013, a Companhia efetuava a designação formal de suas operações sujeitas a hedge accounting, para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa e de custos de exportação de soja, algodão em pluma, caroço e algodão em pluma, documentando: (i) o relacionamento do hedge (ii) o objeto e estratégia de hedge, incluindo a natureza do instrumento financeiro, (iii) a natureza do risco a ser coberto, (iv) a descrição da relação de cobertura; (v) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (vi) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do hedge. A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efeitos passivos para fins do hedge accounting na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado no momento em que este ganho ou perda de custo instrumento financeiro tiver afetado o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas). Os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Tabela de hedge accounting. Colunas: 2020, 2019. Linhas incluem Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro, Exercício de realização, Crédito de financiamentos, Receita de Exportação (ACC), Efeito no patrimônio líquido, 2021, 2020, 2019.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de duração de contrato de trabalho. Tabela com 4 colunas: Descrição, 2020, 2019, 2018. Linhas incluem Remuneração de conselheiros, Remuneração fixa, Remuneração da diretoria, Remuneração variável, Encargos sociais.

26. Receita líquida de vendas e serviços. Tabela com 4 colunas: Descrição, 2020, 2019, 2018. Linhas incluem Receita bruta de vendas e serviços, Variação cambial (Hedge fluxo de caixa), Deduções de vendas, Devoluções e abatimentos, Impostos sobre vendas, Total das deduções de vendas, Receita líquida de vendas e serviços.

27. Despesas por natureza - Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função: Tabela com 4 colunas: Descrição, 2020, 2019, 2018. Linhas incluem Custos variáveis e gastos indiretos de produção, Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola, Despesas com pessoal, Remuneração dos administradores, Manutenções, reparos e serviços de terceiros, Depreciações e amortizações, Outras despesas pontuais, Resultado na venda e baixas de bens do inventário, Reversão de (perda) por redução ao valor recuperável de recebíveis, Reversão (perda) para perdas estimadas de estoques, Reversão (perda) de ativos (I), Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

28. Resultado financeiro. Tabela com 4 colunas: Descrição, 2020, 2019, 2018. Linhas incluem Receitas financeiras, Rendimentos de aplicações financeiras, Ajuste a valor presente de recebíveis, Juros passivos (I), Variações monetárias ativas, Descontos obtidos, Despesas financeiras, Juros sobre empréstimos e financiamentos, Juros sobre arrendamentos, Juros passivos e multas e passivos (II), Variações monetárias passivas, Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos, IOF, Amortização de custos de captação, Custos contratuais de empréstimos - fees letter, Outras despesas, Derivativos, líquidos, Ganho com instrumentos financeiros, Perda com instrumentos financeiros, Variações cambiais, líquidas, Variações cambiais ativas, Variações cambiais passivas, Resultado financeiro.

(i) Refere-se substancialmente a cálculo de Juros Selic sobre tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou ressarcimento. Em 2020 a Companhia registrou um ganho de R\$ 8.399 relativos a juros Selic sobre pedre eletrônico de ressarcimento. (ii) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiamento de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mútuo com partes relacionadas.

29. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa: A seguir relacionamos as transações no exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa: Tabela com 4 colunas: Descrição, 2020, 2019, 2020, 2019. Linhas incluem Compensação de tributo a recolher com saldos a recuperar, Venda de ativos a prazo, Aquisição de imobilizado financeiro, Arrendamentos liquidados com produtos agrícolas, Fornecedores liquidados com operação de mútuo.

30. Resultado por ação (Controladora) 30.1. Básico - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (Nota 23). A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação. Tabela com 4 colunas: Descrição, 2020, 2019, 2020, 2019. Linhas incluem Quantidade de ações no exercício (milhares), Quantidade de ações - básico e diluído (RS), 30.2. Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: bônus de subscrição de ações, conforme mencionado na Nota 23. Os bônus de subscrição têm como objetivos principais garantir maior atratividade para os subscritores do aumento de capital, mitigar a diluição imediata relacionada ao aumento de capital e permitir a capitalização adicional da Companhia ao longo do prazo de três anos. Os bônus de subscrição foram emitidos em uma única série e cada bônus de subscrição, confere a seu titular o direito de subscrever uma nova ação ordinária de emissão da Companhia ao preço de exercício de R\$ 13,51 por ação. A quantidade de bônus de subscrição ainda não convertidos em ações Companhia, é considerada como um potencial aumento de capital pressupondo-se o seu exercício.

31. Compromissos (Consolidado) 31.1. Vendas futuras - Os compromissos futuros existentes em 31/12/2020 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil S.A., como segue: Tabela com 4 colunas: Descrição, 2020, 2019, 2020, 2019. Linhas incluem Quantidade de ações no exercício (milhares), Conversão presumida de bônus de subscrição (milhares), Quantidade de ações no exercício (milhares) - média ponderada do exercício para o lucro diluído, Preço por ação - básico e diluído (R\$).

32. Cobertura de seguros - A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido (não auditado). Em 31/12/2020, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo: Tabela com 4 colunas: Descrição, Valor segurado, 2020, 2019. Linhas incluem Responsabilidade civil, Riscos diversos - Imobilizado.

33. Informações por segmento - A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo. O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço. A Companhia apresenta a receita líquida de vendas e serviços obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue: Tabela com 4 colunas: Descrição, Controladora e Consolidado, 2020, 2019. Linhas incluem Mercado Interno, Receita líquida de vendas e serviços, Receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas: Tabela com 4 colunas: Descrição, Controladora e Consolidado, 2020, 2019. Linhas incluem Brasil, Europa, Ásia, América do Norte, Total.

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentado a seguir: Tabela com 4 colunas: Descrição, Controladora e Consolidado, 2020, 2019. Linhas incluem Soja, Milho, Algodão em pluma, Carroço de algodão, Revenda de produtos, Variação cambial (Hedge fluxo de caixa), Receita líquida de vendas e serviços.

Os principais clientes da Companhia que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue: Tabela com 4 colunas: Descrição, Controladora e Consolidado, 2020, 2019. Linhas incluem Bunge Alimentos S.A., ADM do Brasil Ltda., Amaggi Exportação e Importação Ltda.

34. Eventos subsequentes - Conforme divulgado na Nota 1.4, foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a proposta sobre a potencial combinação de negócios com a SLC Agrícola S.A. (Potencial Operação).

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutária da Terra Santa Agro S.A., no exercício das suas atribuições e responsabilidades, examinaram as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2020 e, com base nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o relatório de auditoria independente elaborado e emitido pelo PwC Auditores Independentes, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e recomendam, por unanimidade, a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração. São Paulo/SP, 10 de março de 2021. Tereza Cristina Grossi Togni - Coordenadora do Comitê, Emílio Humberto Carrazzi Sobrinho - Membro do Comitê, Marcos Reinaldo Severino Peters - Membro do Comitê.

Declaração da Diretoria. Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Osório, 108, cj.61 - Cidade Monções, CEP 04571-150 inscrita no CNPJ nº 07.912.202/0001-00, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, em 10 de março de 2021, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício de 2019, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09. São Paulo, 10 de março de 2021. José Humberto Prata Teodoro Júnior - Diretor Presidente, Alexandre Segadilha Adler - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Marcelo Lamberto - Diretor Administrativo, Márcio José Ferreira - Diretor Operacional, Pauleram Barros - Diretor Comercial.

Membros do Conselho de Administração. Silvio Tino de Araújo - Presidente do Conselho, Renato Carvalho do Nascimento - Vice Presidente do Conselho, Carlos Augusto Reis de Athayde Fernandes - Secretário e Membro do Conselho, Arindo de Azevedo Moura - Membro do Conselho, Júlio Cesar de Toledo Piza Neto - Membro Independente do Conselho, Emílio Humberto Carrazzi Sobrinho - Membro Independente do Conselho.

Membros da Diretoria. José Humberto Prata Teodoro Júnior - Diretor Presidente, Alexandre Segadilha Adler - Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, Marcelo Lamberto - Diretor Executivo de Operações, Márcio José Ferreira - Diretor Executivo Comercial, Pauleram Barros - Diretor Executivo Comercial.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas. Aos Administradores e Acionistas Terra Santa Agro S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Terra Santa Agro S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terra Santa Agro S.A. e da Terra Santa Agro S.A. e suas controladas em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e dos seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Memorando de entendimentos não vinculante - proposta de combinação de negócios: Chamamos a atenção para a Nota 1.4 às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em 26/11/2020, a Companhia assinou um Memorando de entendimentos não vinculante, vigente por um período de 120 dias a partir da data de assinatura, que estabelece condições para a aquisição de uma participação individual e consolidada do valor adicional (DVA) referentes ao projeto de venda da operação agrícola por meio de incorporação de suas ações por potencial comprador, após a realização de uma reorganização societária para a segregação das propriedades rurais e beneficiárias que não serão objeto da transação. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Porque é um PAA - Situação econômica e financeira da Companhia (Nota 1.2 às demonstrações financeiras): No exercício findo em 31/12/2020, a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 131.013 mil na controladora e R\$ 91.003 mil no consolidado. A administração, baseada em suas projeções de resultados e de fluxos de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, possui expectativa de gerar caixa operacional, bem como capacidade de captar novos recursos junto a bancos e parceiros comerciais para suprir necessidades de caixa, independentemente da potencial combinação de negócios divulgada na Nota 1.4. Consideramos as diferentes análises de despesa em relação a 1.2, nem todas dependentes apenas de esforços da administração, bem como as pressões significativas e julgamentos críticos contidos na projeção de fluxos de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Dentro outros, efetuamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: (i) Obtivemos o memorando de avaliação da capacidade financeira preparado pela administração e confrontamos com as projeções de fluxo de caixa aprovadas pelo Conselho de Administração. Realizamos discussões com a administração em relação aos planos e ajustes divulgados. Avaliamos a razoabilidade das projeções de fluxo de caixa para os próximos doze meses a partir da data do balanço, confrontando os dados das principais premissas utilizadas para esse período com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Verificamos se o cronograma de pagamentos dos empréstimos e financiamentos considerados no fluxo de caixa de doze meses está de acordo com as condições contratuais atuais. Adicionalmente, obtivemos evidência das linhas de crédito disponíveis. Testamos os controles internos da Companhia referentes ao monitoramento do cumprimento das cláusulas restritivas (covenants) existentes nos contratos de financiamento. Para os covenants não cumpridos, inspecionamos os consentimentos (waiver) obtidos junto às instituições financeiras correspondentes. Análisis os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações e dados obtidos. Avaliação do valor recuperável do ágio (Notas 2.10 e 17 às demonstrações financeiras) e realização dos tributos diferidos ativos (Notas 2.16 e 11 às demonstrações financeiras): Em 31/12/2020, a Companhia e suas controladas mantêm em suas demonstrações financeiras saldo de ágio de R\$ 275.484 mil, resultante de aquisições de negócios ocorridas em anos anteriores. A administração realiza ao menos uma vez por ano o teste de recuperação do ágio e da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio foi aplicado. A administração calculou o valor recuperável da UGC pela abordagem do valor em uso, determinado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. A Companhia e suas controladas também possuem tributos diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 367.974 mil, os quais foram registrados com base em estudo que contém as proje-

ções de lucros tributáveis futuros. As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, pela administração, a fim de determinar uma adequação mensurada do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos. Variações nessas premissas podem alterar significativamente o valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, e a realização dos tributos diferidos, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. (ii) Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins da avaliação do valor recuperável da UGC. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, produtividade, preço de venda e custos de formação da cultura, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Efetuamos também análises de sensibilidade para os principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. Adicionalmente, para os tributos diferidos, entendemos e testamos, por amostragem, os ajustes fiscais necessários para projetar os lucros tributáveis futuros, bem como confrontamos os valores de prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, com as escriturações fiscais correspondentes. Avaliamos, também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações disponíveis. Determinação do valor justo dos ativos biológicos (Notas 2.13 e 8 às demonstrações financeiras): A Companhia mensura seu ativo biológico pelo valor justo líquido de despesas de venda, por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método requer o exercício de julgamento crítico por parte da administração da Companhia na determinação das premissas significativas, que incluem, entre outras, o preço futuro de venda do produto recuperável, a produtividade do dólar estadunidense e a produtividade estimada das lavouras. Essa foi uma área de foco de nossa auditoria uma vez que variações nas premissas utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa abordagem de auditoria compreendeu, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) O entendimento e teste dos principais cálculos e premissas que são utilizados na avaliação e mensuração dos ativos biológicos. Avaliamos a razoabilidade da metodologia adotada e a consistência das principais informações e premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos, mediante (ii) discussão com a administração, (iii) comparação com informações de mercado, quando disponíveis, e (iii) comparação com informações históricas da própria Companhia, considerando aspectos inerentes de cada cultura, bem como sua localidade, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela Administração. Confrontamos as premissas desfeitas cálculos com as premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. Efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços das commodities e produtividade das lavouras. Nossos procedimentos e auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. Outras informações relevantes para a avaliação de ativos biológicos. Avaliamos a adequação das informações obtidas, incluindo o teste de recuperação do ágio e da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio foi aplicado. A administração calculou o valor recuperável da UGC pela abordagem do valor em uso, determinado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. A Companhia e suas controladas também possuem tributos diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 367.974 mil, os quais foram registrados com base em estudo que contém as proje-

ções de lucros tributáveis futuros. As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, pela administração, a fim de determinar uma adequação mensurada do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos. Variações nessas premissas podem alterar significativamente o valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, e a realização dos tributos diferidos, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. (ii) Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins da avaliação do valor recuperável da UGC. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, produtividade, preço de venda e custos de formação da cultura, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Efetuamos também análises de sensibilidade para os principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. Adicionalmente, para os tributos diferidos, entendemos e testamos, por amostragem, os ajustes fiscais necessários para projetar os lucros tributáveis futuros, bem como confrontamos os valores de prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, com as escriturações fiscais correspondentes. Avaliamos, também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações disponíveis. Determinação do valor justo dos ativos biológicos (Notas 2.13 e 8 às demonstrações financeiras): A Companhia mensura seu ativo biológico pelo valor justo líquido de despesas de venda, por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método requer o exercício de julgamento crítico por parte da administração da Companhia na determinação das premissas significativas, que incluem, entre outras, o preço futuro de venda do produto recuperável, a produtividade do dólar estadunidense e a produtividade estimada das lavouras. Essa foi uma área de foco de nossa auditoria uma vez que variações nas premissas utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa abordagem de auditoria compreendeu, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) O entendimento e teste dos principais cálculos e premissas que são utilizados na avaliação e mensuração dos ativos biológicos. Avaliamos a razoabilidade da metodologia adotada e a consistência das principais informações e premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos, mediante (ii) discussão com a administração, (iii) comparação com informações de mercado, quando disponíveis, e (iii) comparação com informações históricas da própria Companhia, considerando aspectos inerentes de cada cultura, bem como sua localidade, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela Administração. Confrontamos as premissas desfeitas cálculos com as premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. Efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços das commodities e produtividade das lavouras. Nossos procedimentos e auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. Outras informações relevantes para a avaliação de ativos biológicos. Avaliamos a adequação das informações obtidas, incluindo o teste de recuperação do ágio e da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio foi aplicado. A administração calculou o valor recuperável da UGC pela abordagem do valor em uso, determinado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. A Companhia e suas controladas também possuem tributos diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 367.974 mil, os quais foram registrados com base em estudo que contém as proje-

ções de lucros tributáveis futuros. As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, pela administração, a fim de determinar uma adequação mensurada do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos. Variações nessas premissas podem alterar significativamente o valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, e a realização dos tributos diferidos, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. (ii) Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins da avaliação do valor recuperável da UGC. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, produtividade, preço de venda e custos de formação da cultura, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Efetuamos também análises de sensibilidade para os principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. Adicionalmente, para os tributos diferidos, entendemos e testamos, por amostragem, os ajustes fiscais necessários para projetar os lucros tributáveis futuros, bem como confrontamos os valores de prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, com as escriturações fiscais correspondentes. Avaliamos, também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações disponíveis. Determinação do valor justo dos ativos biológicos (Notas 2.13 e 8 às demonstrações financeiras): A Companhia mensura seu ativo biológico pelo valor justo líquido de despesas de venda, por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método requer o exercício de julgamento crítico por parte da administração da Companhia na determinação das premissas significativas, que incluem, entre outras, o preço futuro de venda do produto recuperável, a produtividade do dólar estadunidense e a produtividade estimada das lavouras. Essa foi uma área de foco de nossa auditoria uma vez que variações nas premissas utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa abordagem de auditoria compreendeu, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) O entendimento e teste dos principais cálculos e premissas que são utilizados na avaliação e mensuração dos ativos biológicos. Avaliamos a razoabilidade da metodologia adotada e a consistência das principais informações e premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos, mediante (ii) discussão com a administração, (iii) comparação com informações de mercado, quando disponíveis, e (iii) comparação com informações históricas da própria Companhia, considerando aspectos inerentes de cada cultura, bem como sua localidade, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela Administração. Confrontamos as premissas desfeitas cálculos com as premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. Efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços das commodities e produtividade das lavouras. Nossos procedimentos e auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. Outras informações relevantes para a avaliação de ativos biológicos. Avaliamos a adequação das informações obtidas, incluindo o teste de recuperação do ágio e da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio foi aplicado. A administração calculou o valor recuperável da UGC pela abordagem do valor em uso, determinado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. A Companhia e suas controladas também possuem tributos diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 367.974 mil, os quais foram registrados com base em estudo que contém as proje-

ções de lucros tributáveis futuros. As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, pela administração, a fim de determinar uma adequação mensurada do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos. Variações nessas premissas podem alterar significativamente o valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, e a realização dos tributos diferidos, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. (ii) Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins da avaliação do valor recuperável da UGC. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, produtividade, preço de venda e custos de formação da cultura, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Efetuamos também análises de sensibilidade para os principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. Adicionalmente, para os tributos diferidos, entendemos e testamos, por amostragem, os ajustes fiscais necessários para projetar os lucros tributáveis futuros, bem como confrontamos os valores de prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, com as escriturações fiscais correspondentes. Avaliamos, também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações disponíveis. Determinação do valor justo dos ativos biológicos (Notas 2.13 e 8 às demonstrações financeiras): A Companhia mensura seu ativo biológico pelo valor justo líquido de despesas de venda, por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método requer o exercício de julgamento crítico por parte da administração da Companhia na determinação das premissas significativas, que incluem, entre outras, o preço futuro de venda do produto recuperável, a produtividade do dólar estadunidense e a produtividade estimada das lavouras. Essa foi uma área de foco de nossa auditoria uma vez que variações nas premissas utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa abordagem de auditoria compreendeu, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) O entendimento e teste dos principais cálculos e premissas que são utilizados na avaliação e mensuração dos ativos biológicos. Avaliamos a razoabilidade da metodologia adotada e a consistência das principais informações e premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos, mediante (ii) discussão com a administração, (iii) comparação com informações de mercado, quando disponíveis, e (iii) comparação com informações históricas da própria Companhia, considerando aspectos inerentes de cada cultura, bem como sua localidade, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela Administração. Confrontamos as premissas desfeitas cálculos com as premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. Efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços das commodities e produtividade das lavouras. Nossos procedimentos e auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. Outras informações relevantes para a avaliação de ativos biológicos. Avaliamos a adequação das informações obtidas, incluindo o teste de recuperação do ágio e da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio foi aplicado. A administração calculou o valor recuperável da UGC pela abordagem do valor em uso, determinado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. A Companhia e suas controladas também possuem tributos diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 367.974 mil, os quais foram registrados com base em estudo que contém as proje-

ções de lucros tributáveis futuros. As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, pela administração, a fim de determinar uma adequação mensurada do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos. Variações nessas premissas podem alterar significativamente o valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, e a realização dos tributos diferidos, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. (ii) Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins da avaliação do valor recuperável da UGC. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, produtividade, preço de venda e custos de formação da cultura, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Efetuamos também análises de sensibilidade para os principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. Adicionalmente, para os tributos diferidos, entendemos e testamos, por amostragem, os ajustes fiscais necessários para projetar os lucros tributáveis futuros, bem como confrontamos os valores de prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, com as escriturações fiscais correspondentes. Avaliamos, também, se as projeções indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações disponíveis. Determinação do valor justo dos ativos biológicos (Notas 2.13 e 8 às demonstrações financeiras): A Companhia mensura seu ativo biológico pelo valor justo líquido de despesas de venda, por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método requer o exercício de julgamento crítico por parte da administração da Companhia na determinação das premissas significativas, que incluem, entre outras, o preço futuro de venda do produto recuperável, a produtividade do dólar estadunidense e a produtividade estimada das lavouras. Essa foi uma área de foco de nossa auditoria uma vez que variações nas premissas utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa abordagem de auditoria compreendeu, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) O entendimento e teste dos principais cálculos e premissas que são utilizados na avaliação e mensuração dos ativos biológicos. Avaliamos a razoabilidade da metodologia adotada e a consistência das principais informações e premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos, mediante (ii) discussão com a administração, (iii) comparação com informações de mercado, quando disponíveis, e (iii) comparação com informações históricas da própria Companhia, considerando aspectos inerentes de cada cultura, bem como sua localidade, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela Administração. Confrontamos as premissas desfeitas cálculos com as premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. Efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços das commodities e produtividade das lavouras. Nossos procedimentos e auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidos. Outras informações relevantes para a avaliação de ativos biológicos. Avaliamos a adequação das informações obtidas, incluindo o teste de recuperação do ágio e da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio foi aplicado. A administração calculou o valor recuperável da UGC pela abordagem do valor em uso, determinado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. A Companhia e suas controladas também possuem tributos diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 367.974 mil, os quais foram registrados com base em estudo que contém as proje-

ções de lucros tributáveis futuros. As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixa futuros descontados e demandam a adoção de premissas e julgamentos significativos, pela administração, a fim de determinar uma adequação mensurada do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, bem como na mensuração de lucros tributáveis futuros para a avaliação da realização dos tributos diferidos. Variações nessas premissas podem alterar significativamente o valor recuperável da UGC, incluindo o ágio, e a realização dos tributos diferidos, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Confrontamos os fluxos de caixa futuros utilizados no teste de recuperação do ágio com as projeções de resultados futuros ("Projeções") aprovadas pelo Conselho de Administração. (ii) Com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, discutimos a adequação do modelo utilizado pela administração para fins da avaliação do valor recuperável da UGC. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas nas Projeções, tais como taxa de desconto, produtividade, preço de venda e custos de formação da cultura, mediante a comparação dessas premissas com informações de mercado, quando disponíveis, e com informações históricas da própria Companhia. Efetuamos também análises de sensibilidade para os principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. Adicionalmente, para os tributos diferidos, entendemos e testamos, por amostragem, os ajustes fiscais necessários para projetar os lucros tributáveis futuros, bem como confrontamos os valores de prejuízos fiscais e das bases negativas de contribuição social, com as escriturações fiscais correspondentes. Avaliamos, também, se as projeções indicavam lucros